

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO MUSEAL

PUBLIC POLICIES OF MUSEAL EDUCATION

Karla Colares Vasconcelos¹ - UFRR
Bianca Maira de Paiva Ottoni Boldrini² - UFRR
Elizangela da Silva Barboza Ramos³ - UFRR

RESUMO

O estudo teve como objetivo compreender como as políticas públicas educacionais museais brasileiras contribuem para as práticas educativas na formação social e cultural do educando. Para tanto, fizemos uma abordagem sobre as práticas educativas em museus, apresentando a Política Nacional de Educação Museal (PNEM), os ideais filosóficos, históricos e sociológicos sobre a política na visão da democracia, bem como as políticas públicas de educação e cultura para a sociedade brasileira de 1930 a 2018. No que concerne à Política Pública de Educação Museal, constatamos que seu desenvolvimento apresenta uma conquista para a sociedade, pois podemos levar para fora da sala de aula a visão concreta daquilo que muitas vezes só vemos nos livros didáticos.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas; Educação Museal; Cultura; Práticas Educativas.

ABSTRACT

This study aimed to understand how educational public policies in Brazilian museums contribute to educational practices in the social and cultural training of learners. To this end, we dealt with the educational practices in museums by introducing the National Policy of Education for Museums (NPEM), the sociological, historical, and philosophical ideals about politics from the perspective of democracy, as well as the public policies of education and culture for Brazilian society from 1930 to 2018. About the Public Policy of Education for Museums, we found that its progress results in significant achievements for society, since we can take out of the classroom the real insight of what we often see in textbooks.

KEYWORDS: Public Policies; Museum Education; Culture; Educational Practices.

DOI: 10.21920/recei72021723592607
<https://dx.doi.org/10.21920/recei72021723592607>

¹Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará. Professora da Universidade Federal de Roraima UFRR - Roraima. E-mail: karla.colaresufrr@gmail.com / ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5106-2824>.

²Doutora em Ciências Biológicas (Entomologia) pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Professora do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Roraima CAP/UFRR - Roraima. E-mail: bianca.boldirni@ufrr.br / ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9442-6018>.

³Doutora em Educação em Ciências e Matemática pelo Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemática (UFMT). Professora Adjunta na Universidade Federal de Roraima. E-mail: elizangela.ramos@ufrr.br / ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4840-072X>.

INTRODUÇÃO

A política e os atos políticos estão presentes em todos os contextos sociais da vida humana. Desde o nascimento até as práticas cotidianas mais comuns, vivenciamos atos políticos que nos fazem ser social. Quando falamos em políticas, não estamos referindo-nos a partidos políticos e, sim, às ações que possibilitam a melhoria da atuação do ser humano no desenvolvimento educacional. Nobre (2013, p. 6646) complementa essa ideia informando que “(...) não se está afirmando que esta politicidade é partidária”. Ou seja, independentemente de partido ou de político, a educação é um ato social. Já Paulo Freire (2008, p. 73) discorre-nos que o educador faz parte desse contexto, ao afirmar que “Toda educação é política, não pode deixar de sê-lo. O que não significa que os educadores imponham as linhas do seu partido aos educandos. Uma coisa é a politicidade da educação e outra coisa é a opção partidária do educador”.

Discutir sobre a educação e as políticas públicas voltadas para a educação museal preconiza desvelar as memórias da sociedade brasileira para entender os seus contextos histórico, social, cultural e filosófico. Burker (2003, p. 18) alerta-nos que ou “Quem quer que argumente que o conhecimento é socialmente situado certamente, vê-se obrigado a se situar a si mesmo(a)”, ou seja, para nos conhecermos socialmente, devemos situar-nos inicialmente. De acordo com Fávero, Almeida e Trevisol (2019, p. 557) “(...) uma memória construída socialmente e compartilhada como (verdadeira) interdiscurso. Isso significa (...) é um produto histórico e que está na memória.” Isto é, nos fios da memória social podemos entender como o processo da construção política auxilia na manutenção de programas permanentes da população ao acesso à educação escolar e complementa na educação nos espaços não escolares.

Falar sobre educação remete-nos à ideia de que a educação é um processo natural do ser humano, e que se faz presente em todo o âmbito do desenvolvimento social, sendo necessária para o convívio em sociedade. De acordo com Freire (1990, p. 27) “Não haveria educação se o homem [e a mulher] fosse um ser acabado”. Assim, corroboramos com Freire ao compreendermos que a educação é constante e que faz parte do cotidiano, pois estamos em eterna aprendizagem diária, assim sempre estamos educando-nos. Oliveira, (2020, p. 02) afirma que:

O processo de formação implica a busca da perfeição e de sua autonomia como ser humano, isto é, homens e mulheres são sujeitos de sua própria história e educação. Desta forma, tanto a formação humana quanto a educação são permanentes, porque ‘ninguém nasce feito: é experimentando-nos no mundo que nós nos fazemos’

A educação pode acontecer em espaços destinados ou não para tal processo. Neste artigo, apresentaremos práticas educativas enfatizando o museu como um local destinado à educação e ao desenvolvimento cultural e social. Será discutido sobre as políticas públicas para a educação museal e como estas auxiliam no processo de manutenção da educação do cidadão brasileiro. A nossa inquietação nasce com a questão: como as políticas públicas educacionais e museais auxiliam na construção histórica, social, cultural e filosófico do cidadão brasileiro?

Dessa forma, o objetivo deste artigo é compreender como as políticas públicas educacionais museais brasileiras contribuem para as práticas educativas na formação social e cultural do educando. O estudo em tela insere-se numa perspectiva de crítica sobre a legislação brasileira e suas políticas públicas educacionais para fazer um levantamento dos aspectos

qualitativos e bibliográficos da influência das políticas públicas educacionais no âmbito da educação museal e seus impactos no âmbito social nestas políticas públicas para a sociedade brasileira. O recorte em questão é uma parte da tese de doutoramento sobre a criação da política pública em educação museal da Política Nacional de Educação Museal - PNEM. Aqui, destaca-se da tese a discussão sobre educação, políticas públicas educacionais e museais. Ainda, os aspectos gerais do texto foram subdivididos em tópicos voltados para entender o que é educação e educação nos espaços não escolares, política, as políticas públicas educacionais e museais.

A EDUCAÇÃO MUSEAL

As práticas educativas de educação museal são aquelas realizadas em espaços não escolares, muitas vezes guiadas e com atos intencionais de ensino e de aprendizagem (XAVIER; FIALHO; MATOS, 2016). Vasconcelos (2014, p. 58) afirma que os espaços museológicos são locais onde podemos realizar atividades educacionais, assim:

O espaço museológico enquanto local destinado a guardar dados, informações, saberes, história e memória social, pode ter a função de mediador do processo de aquisição do conhecimento. Compreender o papel do museu é uma forma de entender como podemos vivenciar as ações sociais estão neste espaço, assim como a educação.

Quando pensado no museu como espaço educativo, tínhamos a impressão de ser um local de “autoeducação”. Ou seja, um local que não precisava de uma discussão sobre as ações educativas que ocorriam naquele local. No entanto, o museu como espaço educacional, segundo Reis e Pinheiro (2009), passou a ser visto como um diálogo fiel entre os sujeitos e a memória do povo retratada no seu acervo, e que ensina os valores necessários a toda condição humana. Os objetos museológicos podem ser pensados como um papel educativo e não ter um caráter enciclopédico, em que são usados apenas para apreciação, e sim para o uso de uma reflexão crítica ajudando na interpretação e no seu papel social, histórico e educacional (VASCONCELOS, 2014).

Vasconcelos (2014, p. 60) apresenta que as ações educativas nos espaços museológicos “[...] são realizadas de maneira informal, em que se busca um intercâmbio entre a escola e o museu com projetos que atendam às necessidades dos estudantes.” Portanto, o museu e a escola têm a intenção de unir os seus espaços para fins específicos de cada um. Pereira (2010) embasanos sobre o fenômeno educativo nos museus brasileiros apresentando a sua dimensão e a função educativa dos museus. A autora mostra-nos que a compreensão da função educativa dos museus é a de caminhar sempre que estiveram presentes no processo histórico brasileiro.

Dessa forma, entendemos que os museus são locais de educação intermediada pela ação social e cultural. A Política Nacional de Educação Museal - PNEM surge com o objetivo de “subsidiar a atuação profissional dos educadores de museus, fortalecer o campo profissional e garantir condições mínimas para a realização das práticas educacionais nessas instituições e em outros espaços culturais” (MISTÉRIO DA CULTURA, 2012). Vasconcelos (2018) defende que a atuação do museu na sociedade contemporânea precisa de uma função educativa e estar a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento.

Partindo desse pressuposto, educadores, museólogos e profissionais que trabalham - direta ou indiretamente - com a educação museal, devem buscar o desenvolvimento para a aquisição do conhecimento, assim como a valorização da cultura popular e para a preservação

da memória social. Desse pressuposto, nasce a Política Nacional de Educação Museal - PNEM que tem, entre os seus objetivos, “direcionar a realização das práticas educacionais em instituições museológicas, subsidiando a atuação dos educadores” (PNEM, 2018, p. 43). Sendo assim, faz-se necessário entender sobre as políticas e as políticas públicas nesse contexto social. No tópico a seguir, apresentaremos algumas referências sobre o conceito de política e políticas públicas no contexto da democracia moderna.

POLÍTICAS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Antes de iniciarmos a discussão sobre políticas públicas educacionais, precisamos saber o que é política e o que são políticas públicas. Desse modo, iniciamos as discussões sobre a temática nos ideais de Platão (348/347 a. C-428/427 a. C) em *A República*, que apresenta como um dos temas centrais de discussão do conceito de justiça, sociedade e política, bem como as suas diferentes formas de governo.

Vasconcelos (2018) apresenta a definição de Platão sobre política como a ideia de organização e de administração da sociedade e como seus governantes devem atuar para que haja governabilidade. O autor supracitado apresenta que a política não está representada nos ideais da politicização, mas na ética, na moral e na educação, as ideias orientadas nessa filosofia são tão necessárias para a formação e para o desenvolvimento da humanidade (MENESCAL, 2009).

Para isso, Maquiavel (1469-1527) advoga pela necessidade do aperfeiçoamento das formas de governança e leis para que a política seja criada. Ou seja, na visão do autor, a legislação nasce de uma necessidade para proteger a classe em que se quer defender e ser defendido. “Todas as leis para proteger a liberdade nascem da desunião [entre o povo e os poderosos, entre a plebe e o Senado]” (MAQUIAVEL, 2001, p. 31).

Outro autor que destaca a política como questão social é Jean Jacques Rousseau (1712-1778). Ele descreve que o ser humano vive sob o contrato social e dele depende as questões legislativas e políticas. Vasconcelos (2018) discorre que os pactos firmados no “Contrato Social” possibilitam a mudança de perspectiva humana, deixando o seu ser natural para ser um ser social. Nesse aspecto, os fatores políticos são determinados pelo povo e do povo “O que efetiva o contrato social ao povo é gozar da legislação de direito a igualdade, assim, proporcionando os princípios basilares de uma sociedade que a submissão de leis que devem ser estabelecidas por corpo político” (VASCONCELOS, 2018, p. 127). A autora advoga ainda que é necessário o bom senso entre os interesses da sociedade [indivíduo e classes] e política quando esta garante a justiça e a paz social e a liberdade de seus associados, ou seja, a vontade geral do povo.

Ao se falar em política moderna, é imprescindível destacar estudos da organização política passada para entendermos historicamente como se desencadeou a política contemporânea. Segundo Norberto Bobbio (1909-2004), a teoria política está embasada nos clássicos. Assim, política é:

Derivado do adjetivo originado de pólis (politikós), que significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social, o termo Política se expandiu graças à influência da grande obra de Aristóteles, intitulada *Política*, que deve ser considerada como o primeiro tratado sobre a natureza, funções e divisão do Estado, e sobre as várias formas de Governo, com a significação mais comum de arte ou ciência do Governo, isto é, de reflexão, não importa se com intenções meramente descritivas ou também normativas, dois aspectos dificilmente discrimináveis,

sobre as coisas da cidade (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 954).

Ainda sobre a visão de Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p. 957) a finalidade da política para a sociedade pré-estabelecida nos modelos modernos são: “os fins da Política são tantos quantas são as metas que um grupo organizado se propõe, de acordo com os tempos e circunstâncias”. Dito de outro modo, depende do caráter social que são definidas e estabelecidas as legislações pela ação do tempo e da circunstância da sociedade. Corroboramos com Bobbio na perspectiva de que a democracia trata de um conjunto de regras e de procedimentos de formação e decisões coletivas e que socialmente construímos políticas públicas para que a sociedade seja amplamente apoiada em suas necessidades.

Caminhando nas questões sobre a política nos modelos da modernidade encontramos Hanna Arendt que define a necessidade humana de conviver e viver nos princípios filosóficos e políticos na esfera social. Vasconcelos (2018, p. 130) apresenta que a autora entende que “A política fica condicionada a necessidade da contemplação harmônica da sociedade a realização total”. Na concepção de Arendt (1990) a política libertária não deseja que a população esteja só, ela depende do seu contexto histórico para justificar os fins políticos. Assim, podemos compreender nas discussões da autora supracitada que a política é uma apropriação teórica e ética da história humana e igualmente da autonomia social.

CONTEXTO HISTÓRICO ANTERIOR À CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Falar sobre a educação museal requer ter em mente que trata-se de um espaço de formação informal com finalidades próprias. Indo por esse ponto de vista, realizamos a análise do processo histórico de política sobre a cultura educacional em museus para entendermos os fatores que influenciaram a necessidade de atuação das políticas públicas para a conservação e manutenção de museus como um local para o desenvolvimento do ensino e de aprendizagem social.

Nesta seção, foram abordados os principais fatores que influenciaram as políticas de museus, para entender os fatores históricos que motivaram as políticas públicas educacionais e museais para a sociedade contemporânea. Foi dividido em dois momentos específicos: o contexto histórico, social e político antes da Constituição Federal de 1988 e os aspectos políticos, históricos e sociais após a Constituição Federal de 1988.

Quando inicia um movimento com fatores políticos que apresentam mudanças, buscamos modelos que nos apresentem sucesso. Para exemplo disso, lembramos da comunidade francesa que, em 1871, já colocava em questão a necessidade de integração entre cultura e comunidade para o desenvolvimento completo do cidadão. Castro (2013, p. 36) pontua que as melhorias foram: “[...] a abertura de museus para todos os cidadãos, sua integração com a escola gratuita, em todos os níveis, para todos os trabalhadores foram algumas das primeiras e principais medidas tomadas pelos dirigentes da Comuna eleitos pelo povo”.

A experiência brasileira em políticas públicas de educação e cultura é bastante recente, pois iniciamos a discussão sobre educação para todos na década de 1930. E, nesse período, podemos identificar as influências internacionais para o desenvolvimento social e político do cidadão brasileiro.

Os fatores históricos que iremos tratar neste tópico dizem respeito às décadas de 1930 a 1980. Na década de 1980, a população inicia um movimento que resulta em um novo cenário político, econômico e social na cultura democrática brasileira. Educação e cultura caminharam juntas por cerca de 50 anos até ser compreendido que cada uma poderia ser independente.

Vasconcelos (2018) reforça a ideia de que a cultura e a educação estiveram vinculadas ao contexto de políticas públicas para reforçar a formação integral do cidadão civilizado brasileiro.

Na década de 1930, temos no governo de Getúlio Vargas (1930-1945) a ideia de uma política assistencialista que destacava a educação e a saúde, dos direitos trabalhistas, do desenvolvimento do sentimento nacionalista e do reconhecimento de uma identidade nacional seriam armas importantes nesse processo. Mesmos assim, no período de 1937 a 1945 surge um modelo de governo centralizado de Vargas que consolida a ditadura, em que os debates sobre as políticas educacionais passam a ser restritos à sociedade política, apresentando a centralização presente no processo governamental.

Em 1937, o Ministério sofreu uma reformulação, passando a chamar-se Ministério da Educação e Saúde (MES)⁴. O Departamento Nacional de Educação, teve entre as suas atribuições “a administração das atividades relativas à educação escolar e à educação extraescolar”⁵. Na perspectiva cultural, ficou no ideal de ensino extraescolar, entre elas encontramos os museus, que apesar de serem abertos ao público e ser o espaço destinado à educação e à cultura. Assim, os museus auxiliaram no desenvolvimento cultural e educacional no contexto brasileiro.

No período de 1940 a 1960 (1945-1964) os avanços, tanto no campo educacional e cultural são descritos por Aranha (2012) acerca do debate para a criação da primeira LDB que levou treze anos (1948-1961) para entrar em um acordo e em vigor por meio da Lei 4.024/1961. Além do início das discussões sobre “Educação Popular” com Darcy Ribeiro (1922-1997) e Paulo Freire (1921-1997). Nesse período, no campo museal, ocorreu a criação do Conselho Internacional de Museus - ICOM em 1946. Sobre o ICOM, Vasconcelos (2018, p. 141) narra que “[...] surge com o intuito de um núcleo que pudesse preservar e guardar a história e a memória e a conservação e manutenção do patrimônio histórico e cultural. Esse órgão ficou, inicialmente, sob responsabilidade e orientação dos profissionais da Unesco”.

Vasconcelos (2018) destaca na década de 1950, o desmembramento da educação e da saúde e a união da educação à cultura e que em 1953, é criado o Ministério da Educação e Cultura, que teve a aprovação do regimento da Divisão de Educação Extraescolar do Departamento de Educação e Cultura, que tinha duas principais tarefas: “manter contato direto com os estudantes para difusão de atividades diversas e cuidar das atividades que visassem à cultura geral” (CALABRE, 2009, p. 54). No governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), iniciou a “esperança” do desenvolvimento brasileiro.

O ICOM em parceria com a UNESCO, realizaram as primeiras reuniões mundiais sobre o progresso de museus a partir de 1952 no Brooklin e posteriormente em Atenas, Tóquio, México, Deli, Argélia e Rio de Janeiro. Em 1958, na cidade do Rio de Janeiro, aconteceu o I Seminário Regional da Unesco⁶, que teve por finalidade tratar da educação museal, com a objetivo de exercer o papel na construção do conhecimento e de beneficiar a educação (VASCONCELOS, 2018).

Como resultado desses eventos, surgiu um documento em que foi decidido que a educação desenvolvida no fazer museológico teria como objetivo servir de complementação aos estudos das instituições escolares, uma vez que “[...] ficou explícita a intenção de dar ao museu uma dimensão educativa articulada com a escola” (SANDER, 2006 p. 85).

Como os museus passaram a atender à demanda educativa e apresentando uma nova mudança de perspectiva de museu, nasceram muitas discussões neste evento, que influenciaram

⁴ Lei 378 de 13 de janeiro de 1937.

⁵ Idem

⁶ A Unesco é um departamento da ONU (Organização das Nações Unidas) que trata de assuntos culturais e educacionais.

a criação de políticas públicas museológicas. Segundo Sander (2006), foi nesse momento que os museus trouxeram uma ressignificação de suas funções.

O encontro realizado no Rio de Janeiro em 1958, além da proposição de mudanças epistemológicas e práticas na ação educativa dos museus, trouxe uma nova concepção conceitual sobre a função social dos museus no mundo contemporâneo (SANDER, 2006, p. 86).

Na década de 1960, tivemos grandes conquistas, mas não sendo contempladas por causa da mudança do cenário político. A promulgação da LDB de 1961, que foi um grande marco para a época. Seu primeiro artigo aponta para uma integração das questões educativas e culturais, quando indica que a educação nacional tem por fim o “desenvolvimento integral da personalidade humana” (BRASIL, 1961).

Também, nesse mesmo ano, é criado o Conselho Nacional de Cultura, em 1961, vinculado diretamente à presidência e não ao MEC, que no seu primeiro artigo aponta para uma integração das questões educativas e culturais, quando indica que a educação nacional tem por fim o “desenvolvimento integral da personalidade humana” e a “preservação e expansão do patrimônio cultural” (BRASIL, 1961).

No dia 31 de março de 1964, os militares brasileiros instauraram, com o uso da força, o Regime Militar, período que durou mais de vinte anos (1964-1985), e, de acordo com Aranha (2012, p. 300), teve interferência direta dos Estados Unidos “[...] no campo educacional, dirigiram o rumo das reformas realizadas por meio dos acordos MEC-Usaid”. Essa reforma apresentava três pilares: educação e desenvolvimento – formação profissional para atender à necessidade do mercado de trabalho; educação e segurança – formação cidadã consciente; e educação e comunidade – criação de conselhos de empresários e mestres para estabelecer a relação entre escola e comunidade.

Vasconcelos (2018, p. 143) descreve as décadas de 1960 e 1970 no campo da educação e cultura, que passam a ser de responsabilidade do governo como uma questão de segurança nacional.

Em 1966, foi criado o Conselho Federal de Cultura, substituindo o Conselho Nacional de Cultura -CNC fundado em 1961, sua atribuição era de formular política cultural nacional, atuar perante os órgãos estaduais e municipais de cultura e educação e cooperar na defesa do patrimônio nacional. No ano de 1971, a nova LDB – Lei 5692/1971- é promulgada, que enfatiza o ensino técnico profissionalizante e o ensino em 1º e 2º grau.

No campo cultural, em 1975, o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), desenvolveu pesquisas e ações que, entre outras funções principais, atuavam para colaborar com processos educativos.

Na América Latina, houve a Mesa Redonda de Santiago, no Chile, em 1972 com a participação de profissionais das áreas mais diversificadas que tratou sobre o conceito de “museu integral” a serviço do desenvolvimento social. Nesse evento, foi pensado no futuro próximo do desenvolvimento e visitação do museu latino-americano. Ela nasce com o intuito de trazer uma linguagem comum aos museus da América Latina e as novas práticas museológicas.

O objetivo da Mesa Redonda de Santiago foi apresentar o conceito de museu integral ou museu integrado e o papel dos museus como um patrimônio mundial. Na função educativa dos museus, ficou estipulado que deveria ter sua atuação diretamente na ação educativa permanente. As ações museológicas passaram a participar diretamente de processos de elaboração das

políticas nacionais de educação. Sander (2006, p. 87) defende a aproximação “do fazer museológico com a prática pedagógica”.

Como resultado, foi criada *A Declaração de 1972*, documento que deu entrada às instituições educacionais em instituições museológicas como uma extensão da sala de aula, sendo necessário ampliar os setores educativos de museus para a elaboração de material didático e de visitas guiadas direcionadas para o desenvolvimento das ações pedagógicas museais. Vasconcelos (2018, p. 146) apresenta que

Na perspectiva freiriana, em que nega a educação “bancária”, as novas tendências da museologia educacional defendem a prática da educação libertária, em que o diálogo e a reflexão auxiliam no desenvolvimento cognitivo do educando. Pois, o museu passou a potencializar as críticas, os questionamentos e a reflexão do sujeito educado.

Retornando às questões políticas e aos fatores históricos da educação museal brasileira, no final da década de 1970 e início de 1980, começou o enfraquecimento do governo militar e fortalecimento da sociedade civil.

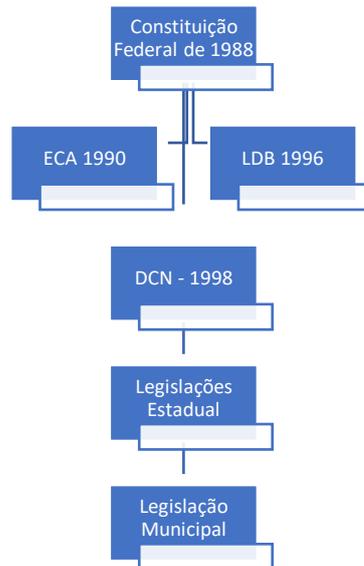
As determinações do Estado eram feitas em colaboração com a UNESCO. Um dos projetos mais significativos na década de 1980 foi o Programa Nacional de Museus – que apresentava as ações educativas museais, posteriormente tornou-se uma política pública, que trazia a proposta para a educação e a cultura (SANDER, 2006).

Nas questões entre cultura e educação no Brasil, nos anos de 1980, começou um novo período republicano, que ficou conhecido como “A República da Democracia”, no qual tivemos a posse do primeiro presidente da república da era da democracia. Em suas ações de grande relevância para a população do Brasil foi à substituição da Carta Magna de 1967, pela Constituição Federal de 1988, promulgada no dia 05 de outubro. Os artigos destinados à Educação e à Cultura estão no Capítulo III nos Artigos 205 a 216, os quais serão apreciados no tópico a seguir.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E MUSEAIS APÓS A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Para o entendimento das questões de ordem de hierarquia da legislação temos:

Organograma 1: A hierarquia da legislação



Fonte: Elaboração própria (2016).

A Constituição Federal de 1988 não veio detalhando os tópicos específicos sobre a Educação, e, de acordo com Ghiraldelli Júnior (2015), foram apenas artigos específicos, mas espalhada em outros tópicos como, por exemplo, nos Direitos Fundamentais. O Capítulo destinado à Educação apresenta a proteção ao ensino público, laico, obrigatório e gratuito fornecido pelo Estado – direito – e a família deve realizar a matrícula e permanência da criança na escola – dever. Apesar de serem implementadas no final da década de 1980, as ações educacionais propostas na Carta Magna de 1988, somente foram postas em prática nos anos de 1990. Ao mesmo tempo, o mundo também se mobilizou para as mudanças educacionais.

Vasconcelos (2018) escreve que no ano de 1985, a educação e a cultura começaram a caminhar independentes, pois nesse ano foi criado o Ministério da Cultura (MinC), com a justificativa de que “os assuntos ligados à cultura nunca puderam ser objeto de uma política mais consistente, eis que a vastidão da problemática educacional atraiu sempre a atenção preferencial do Ministério [MEC]”⁷. A partir daí, cultura e educação e suas políticas públicas viveriam duas décadas de autonomia e separação.

Em 1990, aconteceu a Conferência de Jomtien, na Tailândia, que representou um momento histórico para a educação mundial, o que trouxe várias discussões sobre a realidade educacional dos 155 países que estavam representados. Os financiadores e patrocinadores do evento foram quatro órgãos internacionais: a UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância; o BID - Banco Mundial; a UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação; e o PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Ao final dessa Conferência, foi organizada e descrita a “Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem e o Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem”. Esse documento deixou claro os seguintes pontos: mais de cem milhões de crianças eram excluídas do ensino primário; o analfabetismo funcional era um grande problema nos países industrializados/em desenvolvimento, sendo mais de 960 milhões de adultos analfabetos; ausência ou pouco conhecimento das novas habilidades e tecnologias; o número de crianças e adultos que não conseguiam concluir o ciclo básico era superior a 100 milhões e que outros milhões, embora o concluíssem, não adquiriam conhecimentos e habilidades essenciais. O que devemos enfatizar é

⁷ Decreto 91.144 de 15 de março de 1985.

que o Brasil fazia parte dessa realidade e que, de acordo com Menezes, Silva e Zientarski (2017), entre as inúmeras intenções acordadas, destaca-se a de assegurar educação básica para a população mundial, além de renovar sua visão e alcance. Após essa Conferência, as ações mundiais para a educação efetivaram-se no sentido de acompanhar os avanços e os entraves que ainda deveriam ser vencidos. Vasconcelos (2018, p. 152) defende que

Cada país deveria ser o responsável de criar o seu “Plano de Educação para Todos”. As diretrizes orientadoras destas elaborações deveriam contar com os temas discutidos na Conferência de Jomtien, dessa forma, estariam desenvolvendo o “*Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem*”.

Essa Conferência foi um divisor de águas para a educação, pois o tema discutido antes em Jomtien era “alfabetização” e passou para “educação básica”. Gadotti (1991, p. 1) considera que:

De certa forma, a "nova visão" da edificação proposta pela Conferência de Jomtien inclui a alfabetização no conceito de educação básica, e assim fazendo dá um novo significado tanto para uma quanto para a outra. A educação começa a ter um novo enfoque. A alfabetização deixa de ser a principal preocupação dos países com altas taxas de analfabetismo, para os, esforços se concentrarem na universalização da educação básica, encarando-se a alfabetização como parte da educação básica.

Nesse mesmo ano, 1990, foi promulgada a Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, referente ao Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA da legislação brasileira. Considerado um pacto nacional em defesa dos direitos da infância e adolescência em nosso país, sendo considerado um marco dos esforços de todos em tornar visível o que por tanto tempo foi esquecido. O Estado e a sociedade civil passam a ter responsabilidade (deveres) da construção da rede de proteção à criança e ao adolescente.

Os organismos financiadores dos países de terceiro mundo, como o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – também conhecido como Banco Mundial- BM,⁸ sugerem a garantia da educação básica pelo Estado gratuita, mas não precisamente nas escolas públicas (FLORENCIO; FIALHO; ALMEIDA, 2019). O Estado fornecia aos pais de crianças matriculadas e em idade escolar o “vale-escola” ou “cheque escola”, que seria destinado ao pagamento dos estudos do infante em escolas. Esse mecanismo fazia que os pais tivessem liberdade de escolha em qual escola seu filho iria estudar – particular ou pública – e tirava a responsabilidade do Estado o repasse de recurso para as escolas públicas, o que alterava o conceito de instituição “pública” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2015). Quando mencionada a educação básica brasileira nesse período, era referenciado apenas o ensino fundamental, o que significa que os suportes educacionais destinados à educação infantil e ao ensino médio e eram menores.

O estudo *Primary Education*, de 1996, patrocinado pelo BM, diz que a educação escolar básica “é o pilar do crescimento econômico e do desenvolvimento social e principal meio de promover o bem-estar das pessoas” (NETZ, 1996, p. 41-2). Nesse ponto, o Brasil, além de pensar no bem-estar das pessoas, considerava pensar na mão de obra mais qualificada para o mercado

⁸ Banco Mundial ou Bird é o oposto de BID, a sigla de outro organismo, o Banco Internacional de Desenvolvimento (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI, 2015, p. 150)

de trabalho. Assim, corrobora (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2015, p. 151) que “não é possível discutir educação e ensino sem fazer referências às questões econômicas, políticas e sociais”.

Na década de 1990, as políticas educacionais adotadas no Brasil concebiam a proposta neoliberalista do governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que atrelavam-se ao modelo neoconservador para a qualificação do mercado de trabalho, e apresentavam a modernização da educação e sua qualidade para a melhoria do estudante brasileiro. De acordo com Libâneo, Oliveira, Toschi, (2015, p. 159), “[...] traz ao debate o tema da eficiência, excluindo os ineficientes, e adota o critério da competência”.

Outro aspecto da Constituição Federal de 1988 é a exigência de elaboração de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação que atendesse à necessidade da nova realidade brasileira para vivenciar a democracia. A “Nova LDB” nasceu num grande debate entre os órgãos competentes – Câmara, mas também foi ouvida a sociedade civil, sobretudo no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. Segundo Aranha (2012, p. 416)

O projeto original exigiu do relator Jorge Hage – que deu nome ao substitutivo – um trabalho importante de finalização porque, pela primeira vez, uma lei não resultaria de exclusiva iniciativa do Executivo, e sim do debate democrático da comunidade educacional.

A LDB aprovada foi uma junção do projeto original, que contava com 172 artigos unidos aos traços de defesa de interesses de determinados grupos específicos. O então senador Darcy Ribeiro (1921-1997) propôs outro projeto, que começou a ser discutido paralelamente e terminou por ser aprovado em 1996. Aranha (2012, p. 416) informa que “[...] o projeto aprovado foi criticado por ser vago demais, omissos em pontos fundamentais e autoritário, [...] por privilegiar o Poder Executivo”. Assim, nasce a Lei 9394/96, a Lei de Diretrizes e Base da Educação - LDB - que, ao contrário do que muitos críticos pensavam, foi bem menos desastrosa. Como pontos positivos dessa legislação destacamos: não ser autoritária com o currículo; o fundo de valorização da educação básica; e a valorização do magistério, enfatizando o papel do pedagogo dentro da sala de aula.

De acordo com o artigo 1º da LDB: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996). Ainda, a LDB propõe que as práticas educativas sejam adequadas à realidade social, ao mercado de trabalho e ao conhecimento. Apresenta no âmbito educacional uma revolução no ensino nacional, que proporcionou um espírito libertador, divergente às práticas pedagógicas herméticas, além de proporcionar o incentivo à criatividade na qual se deve estimular o educando a adquirir novos conhecimentos e seja o principal autor da sua aprendizagem.

Na escrita do documento mencionado acima, não são feitas referências diretas ao museu como espaço educacional ou como ferramenta de auxílio da aprendizagem, mas apresenta a autonomia do educador no processo de formação de cidadão mais bem qualificado para a atuação profissional e social.

Para o auxílio da atualização legislativa da LDB, foram sugeridas e criadas as Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN, que reúnem todos os textos legislativos que auxiliam na compreensão da Educação, mais explicitamente, como devem ser aplicadas as normas vigentes. A DCN é uma lei, por isso é obrigatória nas escolas.

Nas tendências do campo cultural e museológico brasileiro, podemos destacar que a década de 1990 traduziu nas políticas públicas, mas, os principais investimentos na cultura brasileira eram as leis de incentivos fiscais concedidos às empresas que, de acordo com Castro (2013, p. 50), “passaram assim a fazer da verba pública uma fonte de investimentos em marketing e propaganda”.

Dessa forma, Vasconcelos (2018) apresenta que o período de 1990 até 2018, as políticas públicas culturais, em alguns governos, fizeram parcerias com a educação – MinC e MEC – para que as instituições pudessem levar o desenvolvimento sociocultural e educativo para quem delas utilizam. Uma política pública sobre a educação museal – PNEM- é pensada durante esse mesmo período, o qual enfrentou várias idas e vindas até a sua redação final. Vasconcelos (2018, p. 178) apresenta que o PNEM é:

A Política Nacional de Educação Museal objetiva auxiliar as práticas educativas nos museus para que sejam utilizadas por quaisquer educadores. Assim, podendo acrescentar conhecimento, contribuindo para adaptações, reestruturações e ressignificação em prol de novas ações no campo educativo museal.

Apesar de alguns avanços nos campos da educação e da cultura, as tendências econômicas e as políticas elaborada e seguidas pelos governos nas quase três últimas décadas, apresentam tendências liberalistas em seus textos. Elas são respostas às crises econômicas iniciadas na década de 1990 e vigentes até o momento dessa pesquisa realizada em 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresentou o questionamento de como as políticas públicas educacionais e museais auxiliam no processo histórico, social, cultural e filosófico do cidadão brasileiro. Para responder a tal questão, foi desenvolvido um estudo historiográfico, bibliográfico na perspectiva de crítica sobre a legislação brasileira e suas políticas públicas educacionais para fazer um levantamento dos aspectos qualitativos e bibliográficos da influência das políticas públicas educacionais no âmbito da educação museal e seus impactos no âmbito social nestas políticas públicas para a sociedade do Brasil.

O estudo teve como objetivo compreender como as políticas públicas educacionais museais brasileira contribuem para as práticas educativas na formação social e cultural do educando. Para isso, fizemos uma abordagem sobre as práticas educativas em museus, apresentando a Política Nacional de Educação Museal - PNEM; os ideais filosóficos, históricos e sociológicos sobre a política na visão da democracia; e as políticas públicas de educação e cultura para a sociedade brasileira de 1930 até 2018.

Ao discutir sobre as práticas educativas de educação em museus, relatamos que o museu é um local propício ao processo de ensino e aprendizagem, em que é o lugar destinado a guardar dados, informações, saberes, história e memória social e pode ter a função de mediador do processo de aquisição do conhecimento. Foi apresentado também, que o museu é o local de educação intermediada pelas ações sociais e culturais. Assim, a PNEM é o documento oficial que subsidia a atuação de educadores dentro das instituições museológicas, sendo direcionada à realização de práticas educativa.

Os argumentos históricos, sociais e filosóficos em torno do conceito de política democrática foram apresentados como o espaço de entendimento e conquista de direito social

sobre a atuação e manutenção da sociedade e o bem-estar do homem que dela faz parte. Os representantes são escolhidos para ser a voz da nação e seus atos são consequências, sejam elas positivas ou não, para o desenvolvimento do Estado e do bem-estar social. No que concerne aos ideais sociais, autores clássicos e contemporâneos defendem que a democracia ainda é o modelo de política que assegura a garantia e a manutenção da sociedade em livre arbítrio de convívio e de tomada de decisões.

A pesquisa historiográfica sobre as políticas públicas educacionais e culturais no Brasil e no mundo, descrita neste artigo, foi feita a partir de um recorte das décadas de 1930 até o ano de 2018, para apresentar como essas políticas públicas tiveram que caminhar juntas algumas vezes e, em outras, seguir o seu próprio caminho. O que serviu para apresentar os percursos e os percalços dos espaços museológicos como locais educativos e as lutas que foram travadas até a conquista do cidadão brasileiro de ter uma educação museal embasada por uma legislação que contemple as necessidades do ambiente fora dos muros escolares, como sítio de ensino e aprendizagem.

No que concerne à Política Pública de Educação Museal o seu desenvolvimento, foi apresentada uma conquista para a sociedade, pois podemos levar para fora da sala de aula a visão concreta do que muitas vezes só era vista nos livros didáticos. Assim, o processo de ensino fica focado no significado do contexto social, histórico e científico, proporcionando ao educando as possibilidades de ver, experimentar e vivenciar os objetos museológicos. Dessa forma, facilita ao educador a transformação do conhecimento científico em conhecimento escolar, o que aproxima da realidade do estudante.

Considerando que a educação é um direito fundamental e de acesso para todos, os espaços educacionais deixam de ser apenas os espaços das instituições escolares. Assim, estudar as políticas públicas de educação museal permitem a interlocução entre realidade da sala de aula tradicional e sua ampliação para outros espaços. Os muros das escolas deixam de ser concretos e tornam-se uma transposição para ambientes que além da lousa, cadeiras e livros didático, podem conter história, memória, sociedade e cientificidade.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e do Brasil**. São Paulo: Moderna, 2012.

ARENDT, Hannah. **A dignidade da política**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1990.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Vol.1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Organização de Alexandre de Moraes. 16 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília: MEC / SED, 2013.

BRASIL. **Lei nº 8069/90**. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 30 jul. 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 07 jul. 2016.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14024.htm. Acesso em: 07 jul. 2016.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Metas do Plano Nacional de Cultura**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2011.

BURKE, Peter. **Uma história Social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CALABRE, Lia. **Política Cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CASTRO, Fernanda Santana Rabello. **“O que o museu tem a ver com educação?” Educação, cultura e formação integral: possibilidades e desafios de políticas públicas de educação museal na atualidade**. 2013. 131f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

FÁVERO, Altair Alberto; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de; TREVISOL, Márcio Giusti. Investigação e conhecimento científico em políticas educacionais: um olhar a partir dos métodos histórico-dialético e análise de discurso. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**. Mossoró, v. 5, n 15, p. 545 -560, 2019.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v. 94, n. 3, p.111-124, maio/jun., 2010. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6842>. Acesso em: jun. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 27 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 36e. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

FLORENCIO, Lourdes Rafaella Santos; FIALHO, Lia Machado Fiuza; ALMEIDA, Nadja Rinelle Oliveira de. Política de Formação de Professores: a ingerência dos Organismos Internacionais no Brasil a partir da década de 1990. **Holos**, Natal, v. 5, p. 303-312, 2017. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5757>. Acessado em: 17 de julho de 2021.

GADOTTI, Moacir. Significado e desafio da educação básica. In: **International Workshop - World University Service (WUS) Anais: Education for All: A Challenge for Democracy and Human Rights.** New Delhi - Índia - 6-8 September 1991.

GHILRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da educação brasileira.** 5 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

HÖFLING, Eloisa de Matos. **Estado e políticas (públicas) sociais.** Cadernos Cedes, Campinas-SP, v. 21, n. 55, novembro/2001.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: política, estrutura e organização.** 10 ed. rev. e ampl. 7 reimp. São Paulo: Cortez, 2015. (Coleção docência em formação: saberes pedagógicos).

MAQUIAVEL, Nicolau. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio.** Brasília: UnB, 2001.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe.** São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2001.

MENESCAL, Ana Alice Miranda. **A ideia de justiça e a formação da cidade ideal na república de Platão.** 2009. 102 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2009.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Pesquisa ação do sudeste reúne cerca de 100 pessoas.** Disponível em: <http://www2.cultura.gov.br/site/2012/10/24/pesquisa-acao-do-sudeste-reune-cerca-de-100-pessoas-no-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 20 jun. 2012.

NETZ, Clayton. **Investimento sem risco.** Exame. São Paulo, v. 614, n. 1, p. 40- 54, 17 de julho de 1996.

NOBRE, Eliacy dos Santos Saboya. Paulo Freire e a Politicidade da Educação: A Alfabetização de Jovens e Adultos em Questão. In: Congresso Nacional de Educação- EDUCARE, 11; Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação - SIRSSE, 2; Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente- SIPD/CÁTEDRA UNESCO, 4. **Anais...**, Curitiba, 2013, p. 6639-6651. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2013.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de; A formação freireana de professores/as da educação de jovens e adultos. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 1, n. 2, p. 1-15, 2020.

MENEZES, Hermes Claudio Mendonça; SILVA, Sônia de Oliveira da; ZIENTARSKI, Clarice. Pedagogia histórico-crítica e a formação de professores: revisitando a ação escola da terra no Ceará. In: JORNADA DO HISTEDBR-RO, 1, Porto Velho. **Anais...** Educação e Marxismo: 100 anos da Revolução Russa, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ASSEMBLEIA GERAL. **Declaração universal dos direitos humanos**. Paris, 10 dez. 1948. Disponível em: www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos. Acesso em: 26 jun. 2013.

PEREIRA, Marcele Regina Nogueira. **Educação Museal Entre Dimensões e Funções Educativas: A Trajetória da 5ª Seção de Assistência ao Ensino de História Natural do Museu Nacional**. 2010. 180 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. UNIRIO/MAST - Rio de Janeiro, 2010.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda. 1997.

PNEM: política nacional de educação museal. In: Blog do Programa Nacional de Educação Museal. Brasília, 2012.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social: Discursos sobre a origem da desigualdade entre os homens**. São Paulo, Abril Cultural, 1973. (Col. Os Pensadores).

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social ou princípio do direito político**. Porto Alegre: Editora Globo, 2011.

SANDER, Roberto. **O museu na perspectiva da educação não formal e as tendências políticas para o campo da museologia**. 2006. 101f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade de Passo Fundo, 2006.

UNESCO. **Educação um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI**. Ministério da Educação e do Desporto. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

VASCONCELOS, Karla Colares. **As Práticas Educativas Digitais nos Museus Virtuais**. 2014. 130f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação Educação, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2014.

VASCONCELOS, Karla Colares. **Práticas Educativas Digitais e Políticas Públicas: Construindo a Política Nacional De Educação Museal**. 2018. 235f. Tese (Doutorado em educação). Programa de Pós-Graduação Educação, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2018.

XAVIER, Antonio Roberto; FIALHO, Lia Machado Fiuza; MATOS, Maria do Socorro de. **Museu Jaguaribano: história, memória e descrição arquitetônica**. *Revista Eletrônica Documento/Monumento*, Cuiabá, v. 20, n. 1, p. 119-128, 2016. Disponível em: <http://200.129.241.80/ndihr/revista/revistas-anteriores/revista-dm-20.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2021.

Submetido em: julho de 2021

Aprovado em: setembro de 2021